



Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

PARECER Nº 71/2025

Câmara Municipal de Querência - MT
PROTOCOLO GERAL 1374/2025
Data: 01/12/2025 - Horário: 08:59
Legislativo

Da Comissão De Constituição, Justiça e Redação, sobre Projeto de Lei Ordinária nº 49 de 2025 Institui o Programa de Estímulo à emissão de Notas Fiscais de Serviços e o Aumento da Arrecadação, e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Municipal nº 049/2025, de autoria do Poder Executivo, cria o **Programa de Estímulo à Emissão de Notas Fiscais de Serviços e Aumento da Arrecadação**, voltado a incentivar os contribuintes a emitirem NFS-e e manterem regularidade com o IPTU.

O programa prevê:

- realização de **sorteios** ao longo do ano de 2026;
- entrega de **34 prêmios**, incluindo eletrodomésticos, eletrônicos, bicicleta, aparelhos de ar-condicionado, além de **uma motocicleta 0 km e um veículo 0 km**;
- dotação orçamentária estimada em **R\$ 150.000,00** para aquisição dos itens.

A Procuradoria Jurídica Legislativa analisou a proposta por meio do **Parecer Jurídico nº 103/2025**, concluindo pela **constitucionalidade e legalidade**, com **duas ressalvas técnicas**:

- (1) atenção à **rubrica orçamentária** utilizada;
- (2) recomendação de que a **lista detalhada dos prêmios** poderia ser regulamentada por decreto, e não diretamente na lei.

II – ANÁLISE

A iniciativa é adequada, tendo base:

- na competência tributária municipal (ISS e IPTU);
- no poder de instituir programas de incentivo ao contribuinte;
- no art. 60 da Lei Orgânica, que autoriza o Executivo a propor leis sobre administração e gestão de receitas.

O projeto atende aos requisitos formais de tramitação e está estruturado conforme a **Lei Complementar nº 95/1998**.



Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

2

O programa tem por finalidade:

- ampliar a emissão de notas fiscais;
- incentivar o cumprimento das obrigações tributárias;
- aumentar a arrecadação própria do Município;
- promover educação fiscal e combate à informalidade.

Tais objetivos são **legítimos, constitucionais e de interesse público**, alinhados aos princípios da **legalidade, eficiência, transparência e moralidade**.

Sobre a rubrica orçamentária

A dotação utilizada pelo Executivo foi a rubrica “**Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras**”.

A Procuradoria observa que:

- a rubrica é **ampla** e permite premiações diversas;
- porém, alguns dos itens previstos no sorteio (ex.: **carro e motocicleta**) são **bens de consumo durável**, que normalmente podem ser adquiridos por rubricas mais específicas;
- portanto, a ressalva não aponta irregularidade, mas recomenda que a **Comissão de Fiscalização e Orçamento** verifique a **adequação contábil e financeira** dessa classificação.

Resumo da ressalva:

A rubrica utilizada é válida, mas recomenda-se que se avalie se ela é a mais indicada para a compra de bens de alto valor.

Nenhum vício jurídico foi apontado.

A Procuradoria destaca que:

- é plenamente **legal** listar os prêmios no corpo da lei;
- contudo, isso torna a norma **menos flexível**, pois qualquer alteração (modelo de TV, marca de bicicleta, tipo de moto etc.) exigirá **nova lei**;
- por isso, sugere-se que a lista detalhada poderia ser tratada por **decreto**, e não diretamente na lei.

Resumo da ressalva:

Não há ilegalidade, apenas recomendação técnica para facilitar ajustes futuros sem nova tramitação legislativa.

O texto do projeto é bem estruturado, objetivo e compreensível.

As ressalvas apresentadas não comprometem a técnica legislativa, apenas sugerem aprimoramentos.

O programa apresenta:

- potencial de ampliar arrecadação sem aumentar impostos;
- incentivo à emissão de notas fiscais;
- estímulo à participação dos contribuintes;
- benefícios diretos à gestão fiscal do Município.

É uma iniciativa que busca eficiência arrecadatória e transparência tributária, compatível com o interesse coletivo.

O Parecer Jurídico nº 103/2025 e da análise desta Comissão, **VOTO FAVORAVELMENTE** ao Projeto de Lei nº 049/2025, por ser:

- **constitucional;**
- **legal;**
- **adequado tecnicamente;**
- **de interesse público.**

As ressalvas apontadas pela Procuradoria não comprometem a legalidade da matéria, consistindo apenas em observações de cunho **técnico-administrativo** que podem ser avaliadas pelas comissões temáticas.

Assim, eu Keila Marques, Vereadora e relatora dessa Comissão de Constituição, Justiça e Redação, opino em conformidade, ou seja, pela aptidão da presente propositura dentro do campo de análise da presente comissão permanente.

ISTO POSTO, sou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do **Projeto de Lei nº 49/2025** de autoria do Poder Executivo de acordo com o atendimento da solicitação apresentada.

É o que tenho a manifestar.

III- VOTO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por seus membros infra-assinados, após analisar o **Projeto de Lei nº 49/2025**, de autoria do Poder Executivo, que **"Institui o Programa de Estímulo à emissão de Notas Fiscais de Serviços e o Aumento da Arrecadação, e dá outras providências"** e em conformidade com as conclusões do relatório exarado pela Relatora Vereadora, votam da seguinte maneira:

Beatriz Steffen: **Aprova**

Keila Marques: **Aprova**

Mestre Dragão: **Aprova**

Diante da votação dos vereadores que compõem a presente comissão, opinam por 03 (três) votos favoráveis pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Municipal nº 49/2025, por entender que a referida proposição está em consonância com a legislação vigente, bem como a atende aos interesses da Administração Pública Municipal.



4

Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

É esse o parecer da presente Comissão, s. m. j.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2025.

Beatriz Steffen
Presidente da CCJR

Keila Marques
Relatora da CCJR

Mestre Dragão
Membro da CCJR